

Atuação das mulheres no executivo municipal: uma análise do desempenho na gestão pública

Women's role in the municipal executive:
an analysis of performance in public management

<https://doi.org/10.32586/rcda.v22i2.925>

Verivaldo Alves de Freitas¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar se os municípios brasileiros com mulheres no comando do Poder Executivo exprimem melhor desempenho financeiro e denotam mais qualitativo no cumprimento social. Em tal direção, a pesquisa caracteriza-se como empírico-analítica. Para análise dos dados, demandou-se, de início, conhecer o perfil dos gestores eleitos nas eleições ordinárias de 2016. Em seguida, realizou-se a estatística descritiva das variáveis do estudo, análise de correlação de *Pearson* e teste de médias. A partir de modelos estatísticos, com o emprego da técnica de regressão linear múltipla, pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), mensurou-se se as prefeitas eram responsáveis por um desempenho superior aos demais, a análise contém uma amostra com 5.570 municípios. Os resultados apontam uma baixa participação feminina no cargo de prefeita, haja vista que, no ciclo da gestão 2017-2020, apenas 11,88% dos gestores eram mulheres. Esses resultados podem ser compreendidos pela falta de educação política e programas públicos que apoiem a participação da mulher na política, e ainda, a sensibilização da sociedade para essa importância. De acordo com os resultados das regressões, verifica-se que, apesar de o crescimento do número de mulheres em cargos de alta performance, a participação feminina no cargo de prefeita em municípios brasileiros não

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atuou como professor no curso de Ciências Contábeis da UERN. Atualmente, é servidor público, no cargo de Controlador, no município de Catolé do Rocha/PB. E-mail: verivaldofreitas@hotmail.com

influencia o desempenho de modo significante. Os resultados apresentam implicações teóricas, pois contribuem para a literatura no sentido de ampliar a discussão sobre a influência da participação feminina em cargos de alta gestão, contribuindo para melhor compreensão prática, sugerindo trabalhos futuros, utilizando outras métricas e em outros períodos.

Palavras-chave: gestão pública; participação feminina; desempenho financeiro; desempenho social.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze whether Brazilian municipalities with women in charge of the Executive Branch express better financial performance, and demonstrate more qualitative social compliance. In this direction, the research is characterized as empirical-analytical. To analyze the data, it was initially necessary to know the profile of the managers elected in the 2016 ordinary elections. Afterwards, descriptive statistics of the study variables, Pearson correlation analysis, and means test were carried out. Using statistical models, using the multiple linear regression technique, using the Ordinary Least Squares method (OLS), it was measured whether the mayors were responsible for a superior performance to the others, with analysis on a sample of 5570 municipalities. The results indicate a low female participation in the position of mayor, given that, in the 2017-2020 management cycle, only 11,88% of managers were women. These results can be understood by the lack of political education and public programs that support women's participation in politics as well as society's awareness of this importance. According to the results of the regressions, it appears that, despite the growth of the number of women in high-performance positions, female participation in the position of mayor in Brazilian municipalities does not significantly influence performance. The results have theoretical implications, as they contribute to the literature in order to expand the discussion on the influence of female participation in senior management positions, contributing to a better practical understanding, suggesting future work, using other metrics and in other periods.

Keywords: public management; female participation; financial performance; social performance.

Avaliado pelo sistema
double blind review
(SEER/OJS – versão 3)



Data de submissão: 14/12/2023

Data de aprovação: 07/03/2024

Data de versão final: 06/05/2024

Data de publicação online: 24/06/2024

1 INTRODUÇÃO

Malgrado os progressos notáveis durante as últimas décadas, as mulheres continuam com baixa participação na política em todo o mundo. Para identificar estratégias que sejam eficazes no aumento do quantitativo destas em cargos políticos, faz-se necessário, primeiro, estabelecer por quais motivos estão minimamente representadas, e qual a razão de elas enfrentarem discriminação sistemática na ambiência política nacional (Baskaran; Hessami, 2018).

Nos anos de 1980 e 1990, esteve em curso um conjunto considerável de estudos que encontraram diferenças sistemáticas nas características comportamentais entre os gêneros (Dollar; Fisman; Gatti, 2001), mas, não obstante, a baixa participação feminina na política continua crescendo nas últimas décadas e se tornou mais difundida, com crescentes investigações que avaliam o influxo das mulheres na política e na gestão pública (Soares, 2022).

Consoante Scherer e Botelho (2018), a evolução nos modelos gerenciais públicos enseja que um número crescente de mulheres ocupe espaços na política e na gerência de órgãos públicos. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a plena participação desse contingente na política. Percebe-se a necessidade de superar os obstáculos impeditivos de as mulheres se candidatarem e serem eleitas, como: a desigualdade de oportunidades, a violência política de gênero e a discriminação.

Acerca dessa matéria, vários ensaios já discutiram a diversidade de gêneros em cargos de alta performance e comprovam a baixa representatividade nesses *locus* de poder, sejam eles em empresas do setor privado ou no âmbito público, tanto no Brasil, como no concerto internacional (Boubaker; Dang; Nguyen, 2014; Dang; Bender; Scotto, 2014; Freitas *et al.*, 2022; Silva; Martins, 2017).

Nessa perspectiva, é notória a necessidade de medidas capazes de contribuir para a inserção feminina na política, como: a educação política, para que elas tenham mais conhecimento sobre esse processo e postulem com maior segurança; a promoção de programas públicos que apoiem a participação na política, bem como a sensibilização da sociedade para essa importância, a fim de que as mulheres sejam apoiadas e incentivadas a disputarem, por via de eleições, a cargos oficiais no âmbito do Poder Executivo.

Assim, sua inserção nesse *locus* constitui tema de grande relevância em discussões na seara científica, aumentando os experimentos que avaliam essa participação e sua influência. Na prática, apesar de avanços nos últimos anos, o comparecimento feminino em cargos eletivos ainda é ínfimo em relação ao que sucede com os homens.

No Brasil, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2022, elas ocuparam apenas 5,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 16,9% no Senado Federal e 19,9% nas assembleias legislativas estaduais. No Poder Executivo municipal, em 2022, apenas 13,1% eram prefeitas e 15% vice-prefeitas (Tribunal Superior Eleitoral, 2023).

Estudos internacionais apontam que esta comparência no comando do Poder Executivo municipal tende a influenciar positivamente o desempenho socioeconômico em governos locais (Baskaran; Hessami, 2018; Brollo; Troiano, 2016; Beaman *et al.*, 2012). Conquanto haja essa influência, em países como a Espanha, as mulheres têm pouca representatividade em cargos políticos, como líderes de partidos e, principalmente, nos cargos de prefeita (Bagues; Campa, 2021). Com efeito, mesmo com a imposição de cotas de gênero na política, na contextura da qual, a Lei Na-

cional espanhola determina que os municípios sigam um, de dois sistemas eleitorais: um de lista fechada, em que os eleitores escolhem um rol partidário; e outro sistema de catálogo aberto, em que os eleitores escolhem postulantes individuais (Gonzalez-Eiras; Sanz, 2021).

A demanda acadêmica agora sob relato intenta contribuir para compreender a realidade da convergência feminina na política, no tentame de identificar medidas capazes de adoção para promover a dita representatividade em cargos eletivos e a sua importância para a política, pois é notório que as mulheres trazem perspectivas e experiências distintas cruciais para promover a democracia. O foco principal deste artigo, todavia, é analisar se a estada feminina no Poder Executivo municipal expressa melhor desempenho financeiro e social em municípios brasileiros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção aborda conceitos sobre gestão pública, um breve histórico sobre as reformas administrativas no Brasil, e as discussões da participação feminina na política e seu desempenho no comando do Poder Executivo municipal.

2.1 Gestão Pública

A gestão pública é divisada como uma atividade em que seus gestores tencionam satisfazer necessidades dos cidadãos, identificando suas carências e suprimindo-as com políticas públicas de interesse coletivo da população, utilizando os recursos públicos com eficiência.

Com o amparo em suas estruturas organizacionais, o Brasil privilegia três níveis de governo que compõem a sua organização político-administrativa (federal, estadual, incluindo o distrital, e o municipal) que quer atender às necessidades da população pela oferta de serviços públicos por

meio da Administração Pública (Freitas; Silva, 2022).

A princípio, o setor público é considerado ambiente de complexidade própria para estudos, decorrente da grande influência política, da cultura gerencial, em razão das reformas constantes, o que enseja resultados incertos, e, ainda, produz grandes expectativas em relação à justiça e à responsabilidade social, à equidade na sociedade, aos direitos da democracia e às pressões para mudanças sociais (Arnaboldi; Lapsley; Steccolini, 2015; Lapsley; Skærbæk, 2012).

Nessa perspectiva, nos anos de 1970, aflorou outro discurso para a Administração Pública, sendo disseminado por meio da New Public Management (NPM), se consolidando no início dos anos de 1980, marcado por um modelo ideológico com o Estado direcionado para o mercado e para a gestão na prática (Kissler; Heidemann, 2006; Osborne, 2006). Todavia, para esse novo modelo ideológico, o setor público necessitava de mudanças mais profundas, devido ser considerado complexo e burocrático.

Consequentemente, a partir desse novo modelo de gestão direcionado para o mercado, evidenciou-se uma tendência crescente para a transferência de técnicas contábeis e da gestão do setor privado para o público (Lapsley, 1999; Olson; Humphrey; Guthrie, 1998), objetivando melhorar a *accountability* e o desempenho no setor público, numa perspectiva de uma gestão mais racional e gerencial (Lee, 2008).

No entanto, esse modelo foi considerado insatisfatório por não apontar soluções para reduzir a burocracia e tornar o setor público mais eficiente, e ainda criticado por sugerir uma separação entre a gestão pública e a política. Por isso, autores contemporâneos, como Filgueiras (2018), além de considerar a NPM como parte de uma concepção de gestão equivocada, retornam a defesa de que a governança pública só é possível quando existe um ganho essencial de democracia.

Insere-se nesse contexto de reformas, uma reavaliação completa do papel do governo na sociedade, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, a exemplo do Brasil e, desde então, empreenderam uma re-

definição do regime político-administrativo (*International Federation of Accountants*, 2013). No Brasil, depois dessas reformas, apareceram as primeiras propostas de uma nova modalidade de administrar os bens oficiais, tornando a gestão pública menos burocrática e mais eficiente, focada na satisfação do cidadão e na sociedade (Matias-Pereira, 2010).

Assim, com a disseminação de outro modo de administrar e com o esgotamento do modelo burocrático de administração pública, desde os anos de 1990, os debates sobre a governança pública auferiram destaque, propondo um novo modelo gerencial na Administração Pública no Brasil, principalmente após a promulgação da Constituição Federal em 1988 (Bresser-Pereira, 1996).

Nessas circunstâncias, entende-se que uma boa governança no setor público é habilitada a ser determinante na eficiência da gestão, influenciando no desempenho e exprimindo melhores resultados em políticas públicas (Rajkumar; Swaroop, 2008). Essa nova gestão pública está relacionada à mudança no significado de governo, como outra maneira de administrar para fornecer serviços públicos com eficiência (Kickert, 1993; Rhodes, 1996). Nessa perspectiva, Santos e Rover (2019) apontam que boas práticas de governança pública influenciam positivamente no desempenho e eleva o nível da gestão em municípios brasileiros, produzindo melhores resultados. Além disso, Matias-Pereira (2010) considera a governança pública, uma concepção capaz de dirimir problemas da gestão, ocasionados pela burocracia, mas não de ruptura com os modelos burocráticos.

Corroborando a necessidade de democracia na gestão pública, Filgueiras (2018) destaca que a governança gira em torno da interação Estado e sociedade, de forma a assegurar mecanismos que ampliem a qualidade das políticas e serviços públicos para o cidadão. Esse pensamento contemporâneo sugere que a oferta de bens e serviços públicos seja administrada eficientemente, dando voz aos cidadãos para atingir melhores resultados de desempenho na gestão pública.

2.2 Participação feminina na política e desempenho na gestão pública

É notório que a Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na luta pelos direitos das mulheres no Brasil, assegurando avanços significativos em diversos âmbitos da vida política e social, dentre as conquistas, foi garantido a reserva de 30% das vagas para mulheres nos cargos públicos eletivos. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a plena efetividade desses direitos e alcançar a igualdade de gênero.

Vários estudos mostram que, apesar de iniciativas e ações para aumentar a participação feminina no mercado de trabalho e em posições de liderança, o avanço ainda é lento e carece de mais inclusão (Baskaran; Hessami, 2018; Dollar; Fisman; Freitas *et al.*, 2022; Gatti, 2001; Mendes, 2024; Pinheiro, 2023). Nessa discussão, as mulheres vivem situações paradoxais – de um lado, as mulheres são vistas como emocionais, conciliadores e amáveis, de outro, espera-se que ocupantes de cargos de alta gestão apresentem características como assertividade e racionalidade (Tonelli; Carvalho, 2023). Sintetizando este pensamento, percebe-se que as mulheres enfrentam situações antagônicas, se agem de um modo com mais racionalidade, são vistas negativamente, pois se espera que sejam mais moderadas; e, se agem de forma conciliadoras, espera-se mais posição de comando. Essa visão paradoxal tem sido contestada com o avanço da inclusão feminina em cargos de alta performance.

Nos últimos anos, a participação feminina na política e em cargos de alta gestão no setor público aumentou significativamente (Baskaran; Hessami, 2018), contudo, essa participação ainda é considerada muito baixa em relação aos cargos ocupados pelos homens, tanto no setor privado como no público, principalmente, nos políticos eletivos.

Substancialmente, as ciências sociais sugerem que as mulheres são passíveis de ter padrões mais elevados de comportamento ético e estar mais preocupadas com o bem comum (Dollar; Fisman; Gatti, 2001). Os

autores constataram, de modo evidente e consistente no plano micro, em vários países, no concerto nacional, taxas mais elevadas de participação feminina no governo, associadas a níveis mais baixos de corrupção.

No tocante à participação feminina nas candidaturas a cargos políticos no Brasil, antes de 2020, a legislação eleitoral exigia que cada partido ou coligação tivesse, no mínimo, 30% de candidatas nas eleições proporcionais, mas essa exigência seria cumprida em conjunto com as candidaturas de coligações. Esta exigência está prevista no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, alterada pela Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017, que vedou a celebração de coligações nas eleições proporcionais, prevista no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, aplicada com início nas eleições de 2020.

Desse modo, as coligações foram proibidas nas eleições proporcionais, o que tornou obrigatória a existência de, pelo menos, 30% de candidatas nas listas de pretendentes de cada partido. Essa exigência é uma medida de ação afirmativa que visa a aumentar sua representatividade na política brasileira. Apesar desse avanço, com base em dados estatísticos do IBGE, o percentual mínimo exigido é cumprido pelos partidos, mas percebe-se que, após a vigência da lei, nas últimas eleições municipais, a participação para cargos políticos ainda é considerada baixa, atingindo, no máximo, 34% de candidatas em 2020.

Alguns estudos operacionalizam conceitos como “teto de vidro”, caracterizado pela ascensão hierárquica da mulher e a desvalorização do trabalho feminino, para avaliar a baixa participação destas, em cargos de alta gestão da administração pública (Mendes, 2024). Corroborando esse entendimento, Pinheiro (2023) alerta que essa baixa participação pode ter como causa o “teto de vidro”, que consistem em barreiras informais, práticas e simbólicas que se manifestam por meio de padrões sociais de interação, dificultando a ascensão das mulheres em cargos de alta performance. Também, no setor privado, a participação feminina no Conselho

de Administração das grandes empresas apresenta baixa participação, e alertam para a causa do fenômeno “teto de vidro” (Adams; Funk, 2012; Freitas *et al.*, 2022; Silva; Martins, 2017).

Na reflexão de Cedillo Delgado (2021), é necessário distinguir a paridade de gênero das cotas de gênero, pois a primeira se refere a uma situação ideal de igualdade entre os dois sexos, enquanto as cotas de gênero na política configuram um mecanismo eleitoral que obriga os partidos políticos a promover as mulheres como postulantes a cargos públicos e a garantir a sua inclusão e representação política no governo.

Por isso, a inclusão da mulher em cargos de alta gestão, vem acumulando uma série de conquistas nos últimos anos em vários países, sobretudo, na América Latina, tem avançado de forma significativa (Solano; Rocha; Sandretti, 2024). Na América Central, gradualmente, alguns países já incluíram nas leis eleitorais espaços reservados não somente aos homens. Costa Rica, em 2009, Nicarágua, em 2012, Honduras, em 2016, e Panamá, em 2017, já adotam cotas de gênero, ambos os lados, para homens e mulheres. Em Belize e Guatemala, entretanto, não existe cota de gênero. Mesmo com a imposição destas, os resultados das eleições locais na América Central, de 2017 a 2020, confirmam o baixo impacto das cotas eleitorais – em Honduras, apenas 7,7% das candidaturas de mulheres foram eleitas; 42,5% na Nicarágua; 11% na Costa Rica e 14,8% no Panamá. Em Belize, nenhuma e na Guatemala apenas 3,2% foram eleitas, um resultado ainda mais baixo, haja vista a não obrigatoriedade da cota de gênero (Cedillo Delgado, 2021).

Com efeito, apesar de a baixa participação na política e em cargos de alta gestão, os estudos de Salles (2022) demonstraram que, no Brasil, no estado de Santa Catarina, em 2018, a administração direta do Poder Executivo contava com 36.380 servidores ativos, entre efetivos e comissionados, dos quais 63% são mulheres e 37% são homens. Entretanto,

mesmo as mulheres sendo numerosas e sendo mais escolarizadas, os homens são maioria em cargos de tomada de decisão.

Ressalta-se que os cargos efetivos no Poder Executivo estadual em Santa Catarina preenchidos por concursos públicos, são ocupados, em sua maioria, pelas mulheres. Estas, contudo, são minoria em funções comissionadas. Diferentemente, os cargos de chefia e assessoramento, de livre nomeação, em maioria, são ocupados por homens (Salles, 2022).

Nessa direção, Detraz e Peksen (2018) analisaram que efeito têm as políticas de bem-estar social no envolvimento ativo das mulheres na economia e na política em 97 países, no período de 1990 a 2010. Os resultados indicaram que o compromisso fiscal do governo com as políticas sociais está positivamente relacionado com a participação feminina na força de trabalho total e na política nacional.

Quanto ao desempenho de prefeitas na gestão pública no Brasil, em estudo recente, Soares (2022) investigou se elas tomam decisões diferentes sobre o nível e composição dos gastos e receitas públicas locais, e analisou a descontinuidade em variáveis de resultados fiscais. Estes não evidenciaram efeitos estatisticamente significantes no tamanho das receitas e despesas nos municípios brasileiros.

Em seu estudo, Soares (2022) recorreu aos indicadores de quatro mandatos eleitorais (2004 a 2019) para estimar o efeito de se eleger uma prefeita e obter os resultados sobre o desempenho fiscal de mulheres em políticas públicas, pelo método de regressão de descontinuidade, para estimar o efeito causal do tamanho das receitas e despesas. Ao mensurar a descontinuidade em variáveis de resultados em desempenho financeiro, o autor não encontrou efeitos estatisticamente significantes no tamanho das receitas e despesas nos municípios nacionais.

Desse modo, é pertinente à composição dos gastos públicos, Brollo e Troiano (2016) evidenciaram um aumento dos gastos sociais em educação, saúde, cultura e assistência social, quando mulheres ocupam a chefia

do Poder Executivo municipal brasileiro. Também, evidenciaram que as mulheres possuem mais habilidades para captar recursos mediante convênio, resultando em melhor desempenho social no setor de saúde. *In alia manu*, Bagues e Campa (2021) não encontraram diferenças de gênero nas políticas fiscais em países desenvolvidos.

Assim, com base em evidências empíricas, foram estabelecidas as hipóteses da pesquisa oferecidas à continuação.

H₁: a participação feminina no comando do Poder Executivo influencia positivamente no desempenho financeiro dos municípios brasileiros.

H₂: a participação feminina no comando do Poder Executivo influencia positivamente no desempenho social dos municípios brasileiros.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta o delineamento metodológico do estudo para analisar se os municípios brasileiros com mulheres no comando do Poder Executivo municipal, exprimem melhor desempenho financeiro e social. A seção aborda a tipologia da pesquisa, população e amostra, coleta de dados, definição e mensuração das variáveis, bem como as técnicas de análise dos dados e o modelo empírico.

3.1 Estratégia e método

Quanto à abordagem, esta procura científica caracteriza-se pelo método hipotético-dedutivo, visto que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 110), uma pesquisa dessa natureza “[...] se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”.

Quanto ao seu desenvolvimento, configura-se como empírico-analítico, uma vez que, conforme Martins (2002, p. 33), “[...] utiliza técnicas

de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos e têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis”.

3.2 Delineamento e coleta de dados

O delineamento metodológico assumido quanto aos objetivos é descritivo – pois tenciona conhecer as características da amostra, documental quanto aos procedimentos – com base de fontes secundárias, e quantitativa em relação à abordagem do problema, pois recorre à coleta e ao exame de indicadores, utilizando modelos estatísticos a fim de responder à pergunta-chave.

A amostra da demanda compreende os 5.570 municípios brasileiros, segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Os indicadores foram retirados dos portais do Conselho Federal de Administração (CFA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que correspondem ao período de 2017 a 2020, totalizando 22.280 observações.

Presume-se que, como as variáveis da pesquisa são comuns em todos os municípios brasileiros, as interpretações dos índices se assemelham, o que justifica a amostra para o teste empírico, e também representa um ciclo completo de gestão para análise do fenômeno alvo da pesquisa. A escolha das técnicas utilizadas na pesquisa ganhou força, visto que, o CFA disponibiliza em seu portal de maneira consolidada e auditada os indicadores de natureza financeira e social, e o IBGE, os indicadores de natureza demográfica.

Para responder à indagação de saída, utilizou-se de Estatística Descritiva, análise de correlação de *Pearson*, testes de médias e regressão linear múltipla pelo método MQO, a fim de testar as hipóteses suscitadas com suporte numa revisão de literatura.

A Tabela 1 exprime a elaboração amostral distribuída nas cinco regiões geográficas do Brasil.

Tabela 1 – Elaboração amostral da pesquisa

Construção da amostra			
Amostra: 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2019)			
Nº de observações: 22.280			
Distribuição da amostra conforme a região	Quant. municípios	%	Nº observações
Região Centro-Oeste	467	8,38%	1.868
Região Nordeste	1.794	32,21%	7.176
Região Norte	450	8,08%	1.800
Região Sudeste	1.668	29,95%	6.672
Região Sul	1.191	21,38%	4.764
Total	5.570	100,00%	22.280

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2023).

3.3 Definições de variáveis e descrição do modelo estatístico

Com o escopo de analisar a relação entre gestão pública e desempenho, foi examinado o período de 2017 a 2020, utilizando variáveis dependentes, independentes e de controle.

Já com vistas a melhor aquilatar os efeitos da participação feminina na gestão do executivo municipal, são incluídas variáveis de controle adicionais (população e região), capazes de influenciar nos desempenhos financeiro e social dos municípios, as quais estão contidas no quadro seguinte.

Quadro 1 – Variáveis dependentes, independentes e de controle

Variável	Indicadores	Natureza	Fonte	
Dependentes	Desempenho Financeiro (DESEM_FIN)	Fiscal	Notas de 0 a 10	CFA
		Investimento <i>per capita</i>		
		Custo do Legislativo		
	Desempenho Social (DESEM_SOC)	Equilíbrio previdenciário	Notas de 0 a 10	CFA
		Saúde		
Educação				
Segurança				
	Saneamento			
	Vulnerabilidade Social			
Independentes	Gestão Pública (GEST_PUB)	Planejamento	Notas de 0 a 10	CFA
		Colaboradores		
		Transparência		
	Participação Feminina (PART_FEM)	Variável <i>Dummy</i>	Valor 1 para municípios com mulher gestora e 0 para não.	IBGE
Controle	População (POP)	Número de habitantes	Logaritmo na base 10 do nº habitantes	IBGE
	Região (REG)	Separação geográfica	Atribuídos 1 a 5 para cada região.	IBGE

Fonte: elaboração própria (2023).

Para responder à indagação da pesquisa e testar suas hipóteses, foram desenvolvidos os seguintes modelos estatísticos:

$$DESEMP_FIN_{i,t} = \beta_0 + \beta_1GEST_PUB_{i,t} + \beta_2PFEM_{i,t} + \beta_3POP_{i,t} + \beta_4REG_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

[Equação 1]

$$DESEMP_SOC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1GEST_PUB_{i,t} + \beta_2PFEM_{i,t} + \beta_3POP_{i,t} + \beta_4REG_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

[Equação 2]

Em que:

DESEMP_FIN_{*i,t*}, é a variável dependente para desempenho financeiro *i* no ano *t*; **DESEMP_SOC**_{*i,t*}, é a variável dependente para desempenho social *i* no ano *t*; **β₀** é a constante; **β₁ GEST_PUB**_{*i,t*}, é a variável independente para gestão pública *i* no ano *t*; **β₂ PFEM**_{*i,t*} é a variável independente para participação feminina *i* no ano *t*; **β₃ POP**_{*i,t*} é a variável de controle para número de habitantes; **β₄ REG**_{*i,t*} variável de controle para a região geográfica em que está localizado o município; **β** = coeficientes do modelo; **i** = município; **t** = tempo; **ε_{it}** = termo de erro do modelo.

3.4 Técnicas de Análise

Propondo-se analisar se a participação feminina no Poder Executivo municipal denota melhor desempenho financeiro e mais elevado desempenho social, foram realizados testes das *proxies* componentes dos construtos, utilizando Estatística Descritiva, testes de médias (paramétricos e não paramétricos), matriz da correlação de *Pearson*, e análise de regressão linear múltipla pelo método MQO.

Foi procedida à análise das medidas de tendência central – média, desvio-padrão, mediana e valores mínimo e máximo. Em seguida, realizou-se a análise de correlação de *Pearson* entre as variáveis. Também foram aplicados os Testes *t* de *Student* e o Teste de *Mann-Whitney*, a fim de investigar se há diferenças significantes entre o desempenho dos municípios com a participação feminina no comando do Poder Executivo e dos demais. Como fecho, por meio da análise de regressão linear múltipla pelo método MQO, foi investigada, individualmente, a influência da participação feminina no desempenho financeiro e desempenho social dos municípios brasileiros, sendo controlados os efeitos do tamanho da população e da região geográfica de localização do município.

Para testar os pressupostos dos modelos, inicialmente, foi verificado se os resíduos exprimem distribuição normal, por meio do Teste de *Shapiro-Fran-*

cia; análise de multicolinearidade, por meio do *Variance Inflation Factor* (VIF) e *Tolerance*; Teste de Homogeneidade dos resíduos da regressão, por meio do Teste de *White*, para identificação da heterocedasticidade dos resíduos. Com o intento de detectar a autocorrelação dos resíduos, verificou-se, por meio do Teste de *Durbin-Watson*, se os resíduos são aleatórios e independentes. As técnicas de análise foram desenvolvidas com uso do *software Stata*®.

4 RESULTADOS DA PESQUISA, ANÁLISE E DISCUSSÃO

A amostra da investigação sob escólio reúne os 5.570 municípios brasileiros e o período de análise é de 2017 a 2020. Os testes estatísticos foram realizados com base nas variáveis dependentes, independentes e de controle demonstradas no quadro. A *proxy* Desempenho Financeiro é composta pelos indicadores: fiscal, investimento per capita, custo do legislativo e equilíbrio previdenciário. A *proxy* Desempenho Social é composta pelos indicadores: saúde, educação, segurança e saneamento. A *proxy* Gestão Pública é composta pelos indicadores: planejamento, colaboradores e transparência. As variáveis de controle são população e região geográfica. As regressões estimadas totalizam 22.280 observações.

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 2 revela o perfil dos gestores públicos (prefeitos e prefeitas) municipais do ciclo da gestão 2017-2020. Dos 5.570 gestores do executivo municipal do período, 4.908 são homens e 662 são mulheres. A participação feminina representa apenas 11,88% do total, havida como ínfima participação feminina no comando do Poder Executivo municipal.

Evidencia-se o fato de que o nível de escolaridade superior completo prevalece entre as gestoras – 53% – enquanto o dos homens é de 40%, seguido de 19% das prefeitas com pós-graduação, e, entre os prefeitos, 12%. Claro está, pois, que elas possuem um grau de escolaridade bem melhor.

Esses números convergem com os resultados do estudo de Salles (2022), que, ao analisar o perfil feminino no Poder Executivo do estado de Santa Catarina, identificou as mulheres ocupando cargos no Poder Executivo estadual como as mais escolarizadas, sendo 61% delas e 54% dos homens com nível de escolaridade de pós-graduação.

Observa-se, ainda, que a maioria dos prefeitos e prefeitas se localiza no intervalo etário de 41 a 60 anos, e apenas uma está na faixa etária de 81 a 88 anos.

Quanto à reeleição, 24% das mulheres e 26% dos homens foram reeleitos para o cargo de prefeita e prefeito, respectivamente. Esses números convergem com os resultados dos estudos de Brollo e Troiano (2016), conforme os quais, elas têm menos probabilidade de reeleição para cargos públicos em relação aos homens – estes em razão de um maior envolvimento em estratégias para obter a reeleição.

Tabela 2 – Perfil dos gestores municipais no Poder Executivo, 2017-2020

Escolaridade	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino fundamental (1º grau) completo	5	0,76%	236	4,81%
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	7	1,06%	249	5,07%
Ensino médio (2º grau) completo	107	16,16%	1330	27,10%
Ensino médio (2º grau) incompleto	10	1,51%	153	3,12%
Ensino superior completo	353	53,32%	1.975	40,24%
Ensino superior incompleto	54	8,16%	390	7,95%
Pós-graduação	126	19,03%	575	11,75%
Total	662	100,00%	4.908	100,00%
Intervalo Etário	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
De 21 a 40 anos	166	25,1%	1.071	21,8%
De 41 a 60 anos	415	62,7%	3.058	62,3%
De 61 a 80 anos	80	12,1%	764	15,6%
De 81 a 88 anos	1	0,1%	15	0,3%
Total	662	100,00%	4.908	100,00%

Tabela 2 – Perfil dos gestores municipais no Poder Executivo, 2017-2020 (continuação)

Reeleição	Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%
Sim	159	24%	1.258	26%
Não	503	76%	3.058	74%
Total	662	100,00%	4.908	100,00%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2023).

A Tabela 3 contém a distribuição de candidaturas e os eleitos para o cargo de prefeito ou prefeita nas eleições de 2016, para o ciclo de 2017-2020. Os municípios da Região Centro-Oeste foram os que menos elegeram mulheres para o comando do executivo, com sessenta e duas. Os estados da Região Norte foram os que menos elegeram mulheres, com destaque para o Acre com apenas duas prefeitas, seguido do Amapá com três. Na Região Sudeste, São Paulo lidera com 68 mulheres eleitas para o cargo de prefeita, seguido de Minas Gerais, com 64. O estado do Espírito Santo, todavia, teve apenas quatro prefeitas eleitas.

Impõe-se ressaltar que a Região Nordeste é a que detém o maior número de eleitas, num total de 293 municípios, o que representa 44,26% dos municípios brasileiros com mulheres no comando do Poder Executivo. Esta região sempre foi marcada por um número considerável de mulheres no comando das prefeituras.

Estudos anteriores confirmam esse destaque em municípios nordestinos. Em 1958, das cinco mulheres eleitas no Brasil, quatro eram nordestinas. Em 1972, foram eleitas no Brasil 60 mulheres, sendo 47 eleitas no Nordeste, o que não diferiu em todas as eleições subsequentes para as prefeituras, quando a Região Nordeste teve a maioria das eleitas (Blay, 2015).

Esses resultados convergem para os estudos de Garcia (2005) e Rodrigues (2016), que observam a Região Nordeste como sendo suscetível de ter influência em sua história política, marcada por práticas coronelísticas e clientelísticas, bem como alianças partidárias no plano municipal; e, ainda, pela prevalência das relações familiares e o poder dos partidos nessa região (Garcia, 2005; Rodrigues, 2016).

Tabela 3 – Perfil dos candidatos – eleições 2016

Região	Candidaturas				Eleitos			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Centro-Oeste	162	7,54%	1.156	8,02%	62	9,37%	405	8,25%
Nordeste	907	42,21%	4.283	29,71%	293	44,26%	1.501	30,59%
Norte	253	11,77%	1.341	9,30%	66	9,97	384	7,82%
Sudeste	545	25,36%	4.810	33,37%	146	22,05%	1.522	31,01%
Sul	282	13,12%	2.826	19,60%	95	14,35	1.096	22,33%
Total	2.149	100,00%	14.416	100,00%	662	100,00%	4908	100,00%

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados do TSE (2023).

A Tabela 4 demonstra a estatística descritiva dos dados da amostra desta investigação. Com procedência nas notas de 0 a 10, o desempenho financeiro mostra a média abaixo de 4,57, sugerindo uma baixa capacidade de investimento dos municípios, índice inferior ao desempenho social, que foi de 5,66. A média 6,00 sinaliza, todavia, um bom índice para a gestão pública, considerando os resultados deste estudo.

Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis

Variável	Nº de observações	Média	Desvio-padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
DESEMP_FIN	22.280	4,577	1,576	4,520	0	9,646
DESEMP_SOC	22.280	5,663	1,373	5,630	0,599	9,725
GEST_PUB	22.280	6,006	1,376	6,125	0,18	9,861
POP	22.280	37187,06	218115,4	11587	781	12.252.023

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2023).

A Tabela 5 indica a média, o desvio-padrão e a frequência das variáveis da amostra, distribuídas conforme a região geográfica.

Ao se analisar as médias dos indicadores, observa-se que os melhores índices da gestão pública se concentram na Região Sul (6,57), seguindo-se a Região Sudeste (6,23). Entrementes, as Regiões Norte e Nordeste exprimem os menores índices da gestão, em média, uma nota de 5,6.

Quanto ao desempenho financeiro, a Região Sul oferece o melhor desempenho (5,21), ao passo que a Região Norte relata o pior, com um índice de apenas 3,78, numa escala de 0 a 10. A Região Sudeste indica o melhor desempenho social (6,65), no entanto, a Região Norte indigita o menor, com nota de 4,4% entre as regiões brasileiras.

Das variáveis pesquisadas, destaca-se o desempenho financeiro com as menores médias em todas as regiões brasileiras. Esses resultados corroboram os estudos de Brollo e Troiano (2016), pois, decerto, decorrem da alta dependência que os municípios brasileiros têm das transferências correntes provenientes do Governo federal e das dificuldades de os municípios elevarem a arrecadação de impostos em governos locais e obterem um melhor desempenho financeiro, principalmente nos menores.

Tabela 5 – Médias e desvio-padrão das variáveis distribuídas, conforme região geográfica

Região	Variável	Média da variável	Desvio-Padrão	Frequência
CENTRO-OESTE	DESEM_FIN	4,99	1,87	467
	DESEM_SOC	5,40	1,37	
	GEST_PUB	5,78	2,28	
NORDESTE	DESEM_FIN	4,12	2,44	1.794
	DESEM_SOC	5,01	1,64	
	GEST_PUB	5,59	2,52	
NORTE	DESEM_FIN	3,78	2,05	450
	DESEM_SOC	4,46	2,21	
	GESTAO	5,61	2,52	
SUDESTE	DESEM_FIN	4,72	2,04	1.668
	DESEM_SOC	6,65	1,76	
	GEST_PUB	6,23	1,80	
SUL	DESEM_FIN	5,21	2,16	1.191
	DESEM_SOC	5,82	1,35	
	GEST_PUB	6,57	1,68	

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da pesquisa (2023).

Em seguida, procedeu-se à análise de correlação de *Pearson* entre as variáveis da pesquisa. A matriz de correlação demonstrada na Tabela 6 expressa, no geral, uma moderada correlação ao nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

Os resultados evidenciaram moderada correlação positiva entre gestão pública (GEST_PUB) e desempenho, indicando que, quanto maior o nível da gestão, maiores o desempenho financeiro (DESEM_FIN) e social (DESEM_SOC), demonstrando que, quando a gestão pública é eficiente, os resultados fiscais e sociais tendem a ser positivo.

Também foi encontrada baixa correlação positiva entre o desempenho social (DESEM_SOC) e o desempenho financeiro (DESEM_FIN), indicando que, quanto maior o desempenho social, maior o desempenho financeiro, evidenciando, portanto, que os resultados sociais estão correlacionados com os resultados fiscais. Ainda foi uma correlação positiva entre a população (POP) e a gestão pública (GEST_PUB), indicando que, quanto maior a população, maior o nível da gestão.

Tabela 6 – Matriz de correlação

Variável	DESEM_FIN	DESEM_SOC_	GESTÃO	POP
DESEM_FIN	1.000			
DESEM_SOC_AMB	0.270*	1.000		
GEST_PUB	0.382**	0,366**	1.000	
POP	0.067	0.055	0.326**	1.000

Nota: DESEM_FIN = Desempenho Financeiro. DESEM_SOC = Desempenho Social. GEST_PUB = Gestão Pública. POP = número de habitantes.

(*) e (**) denotam respectivamente, correlação significativa ao nível de 10% e 5%.

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da pesquisa (2023).

Em seguida, com o intuito de investigar se há diferenças significantes no desempenho financeiro e no desempenho social, nos municípios com mulheres no comando do executivo e os dos demais, foram aplicados o Teste *t* de *Student* (paramétrico) e o Teste de *Mann-Whitney* (não paramétrico), cujos resultados são demonstrados na Tabela 7.

Tabela 7 – Teste t de Student e Teste de Mann-Whitney

	DESEM_FIN			DESEM_SOC		
	Nº de observações	Média	Mediana	Nº de observações	Média	Mediana
O Poder Executivo municipal é comandado por mulher?	Sim (662)	4,339	4,301	Sim (662)	5,406	5,400
	Não (4.908)	4,610	4,546	Não (4.908)	5,699	5,666
Teste t de <i>Student</i>		8.3072			10.3094	
Teste de <i>Mann-Whitney</i>			8.271			10.283
Nº de observações	5.570			5.570		

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da pesquisa (2023).

De acordo com os resultados demonstrados na Tabela 7, arremata-se que os municípios comandados por homens expressam médias de desempenho superiores aos comandados por mulheres. Quando comparados aos respectivos desempenhos financeiro e social, os municípios com prefeitas não oferecem desempenhos melhores do que dos demais, já que as aplicações do Teste *t* de *Student* e do Teste de *Mann-Whitney* não revelaram coeficientes estatisticamente significantes.

A média do desempenho (financeiro e social) dos municípios com prefeitas está abaixo da dos demais. Esses resultados apontam para duas direções – a primeira é capaz de estar relacionada com a baixa participação de candidatas e ínfima presença feminina no comando do executivo municipal, estando, apenas, em 12% dos municípios brasileiros no ciclo da gestão 2017 a 2020. A outra direção conduz a se questionar a eficiência da gestão pública, pois, no desempenho financeiro, a média de eficiência é baixa, tanto para as prefeitas (4,34), como para os prefeitos (4,55).

4.2 Regressão linear múltipla

Com o objetivo de se testar as hipóteses do experimento e verificar se a participação das mulheres no comando do executivo municipal altera

a relação entre gestão pública e desempenho, foi utilizado o modelo de regressão linear múltipla pelo método MQO.

Para garantir que os resultados da regressão sejam confiáveis e válidos, foram aplicados testes de pressupostos do modelo de regressão – normalidade, multicolinearidade, heterocedasticidade e autocorrelação. A Tabela 8 revela os resultados das estimações para análise multivariada dos dados, por meio do método MQO com *cluster* ao nível de município.

Tabela 8 – Regressão linear múltipla

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2
	DESEMP_FIN	DESEM_SOC
	Coef.	Coef.
GEST_PUB	0,3433***	0,2289***
PFEM	-0,0435	0,0036
POP	0,4824***	0,5696***
REG1_Centro-Oeste	1,2348***	1,0058***
REG2_Nordeste	0,3597***	0,5750***
REG3_Norte	-	-
REG4_Sudeste	0,7517***	2,0891***
REG5 Sul	1,2120***	1,2804***
_Constante	-0,1681	0,7761***
Método	MQO	MQO
Prob > F	0,0000	0,0000
R-quadrado	0,2145	0,4063
Nº Observações	22.280	22.280

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da pesquisa (2023).

De acordo com os resultados das regressões estimadas, no geral, o nível da gestão pública influencia no desempenho financeiro e social, haja vista que os resultados da investigação apontaram significância estatística a 1% ($p < 0,01$) encontrando uma correlação positiva de que, quanto maior o nível da gestão pública, melhor o desempenho nos municípios brasileiros. Esses resultados corroboram os achados de Santos e Rover

(2019), ao evidenciarem que boas práticas de gestão pública influenciam na eficiência da aplicação de recursos públicos, bem como contribuem para melhores índices de gestão na prática.

Nos modelos estatísticos da presente pesquisa, os coeficientes encontrados para a variável que indica a participação feminina no comando do executivo municipal (PFEM) não foram, entretanto, significantes a 1%, 5% ou 10% nas regressões estimadas, razão pela qual não é possível inferir que a participação feminina no comando do Poder Executivo influencia o desempenho financeiro (DESEM_FIN) e o desempenho social (DESEM_SOC) dos municípios brasileiros. Portanto, com base nesses resultados, são rejeitadas as hipóteses de pesquisa de que a participação feminina no executivo municipal altera a relação entre a gestão pública e o desempenho nos municípios nacionais.

A possível justificativa para os resultados encontrados está no fato da baixa participação das mulheres no comando do Poder Executivo – apenas 11,88% da amostra são mulheres, apesar de um aumento significativo nos últimos anos em vários setores, sobretudo na América Latina – principalmente em países da América Central, conforme demonstrado no estudo de Cedilo Delgado (2021). Contudo, como afirma Baskaram e Hassami (2018), essa participação ainda é considerada muito baixa em relação aos cargos ocupados pelos homens, principalmente, nos políticos eleitos. Os estudos de Mendes (2024) e Pinheiro (2023) corroboram esse entendimento, e acrescentam que essa baixa participação, pode ter como causa o fenômeno “teto de vidro”. Diferentemente, Adams e Funk (2012) entendem que as mulheres romperam o “teto de vidro” e já superaram essa cultura até então dominada por homens, e de forma crescente, ascendem a cargos de alta gestão com mais facilidade e são mais valorizadas.

Os resultados da presente pesquisa convergem para os achados de Geys e Sørensen (2019), que, ao estudarem a variação resultante do efeito das cotas na representação política das mulheres, bem como nas políticas públicas locais na Noruega, onde a cota mínima para participação

feminina nas candidaturas, desde 1992, é de 40%. Seus achados, não encontraram evidências consistentes de mudanças nas políticas públicas ou desempenho diferente, em consequência do aumento da representação das mulheres em cargos com Poder Executivo. Nessa direção, Silva e Martins (2017) apontam que a baixa participação das mulheres em cargos de alta gestão, principalmente, em cargos eletivos, pode ser a causa da baixa performance tanto no setor público como no setor privado.

Quanto ao desempenho financeiro, Brollo e Troiano (2016), reforçam a ideia de que, em países em desenvolvimento como o Brasil, os municípios têm elevada dependência das transferências correntes provenientes do Governo federal, e as dificuldades de um prefeito elevar a arrecadação de impostos em governos locais e obter desempenho financeiro elevado. Malgrado essa dependência, as prefeitas têm mais facilidade de conseguir recursos orçamentários por meio de convênios e transferências especiais, mostrando ter mais habilidade em conseguir recursos extras. De outra vertente, ao analisar a estrutura das despesas, Soares (2022) constatou em seus estudos um aumento no nível de despesas com pessoal, sem acréscimo na proporção com a receita corrente líquida.

Diferentemente, em países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos e Alemanha, o efeito das mulheres nas finanças públicas é suscetível de ser subestimado, haja vista o fato de que esses países já alocam grandes parcelas de seu orçamento na área social (Baskaran; Hessami, 2019). Continuando o raciocínio, nos municípios do estado da Baviera, na Alemanha, as despesas municipais são financiadas, principalmente, por impostos locais, taxas e subsídios do Governo do Estado – mas como observa Bagues e Campa (2021), também em países desenvolvidos não encontraram diferença de gênero nas políticas fiscais.

De modo geral, quando estimadas as variáveis de controle, os resultados apontam para uma correlação positiva e significativa da população (POP) no desempenho financeiro e desempenho social. Assim, quanto maior for a população, maior tende a ser o desempenho. Entende-se que di-

versos fatores podem influenciar essa correlação nos municípios, a exemplo da estrutura da economia, nível de desenvolvimento e de gestão pública; e vantagens como economia de escala, maior base tributária e diversificação da economia, o que pode reduzir a vulnerabilidade em setores específicos.

A correlação positiva e significativa entre região geográfica e o desempenho aponta que, dependendo da região onde o município está localizado, reflete-se em um aumento do desempenho. Destaca-se a Região Sudeste, com a melhor correlação positiva e significativa (2,0891; $p < 0,01$) no desempenho social (DESEM_SOC), e evidencia-se a Região Centro-Oeste com a melhor correlação positiva e significativa (1,2348; $p < 0,01$) no desempenho financeiro (DESEM_FIN). Conquanto demonstre uma correlação positiva e significativa, a Região Nordeste denota o menor coeficiente de correlação com o desempenho financeiro (0,3597; $p < 0,01$) e desempenho social (0,5750; $p < 0,01$). Decerto, esses resultados decorrem da concentração na Região Nordeste, de maior parte da população em situação de vulnerabilidade social e econômica, impactando diretamente na capacidade de arrecadação tributária e na geração de receita própria.

Com o objetivo de suprir eventuais problemas e limitações do estudo, e ainda, dar maior confiabilidade e robustez à pesquisa, foram analisados os resultados dos testes de pressupostos do modelo de regressão. O resultado do teste de normalidade dos resíduos rejeitou a hipótese nula, ou seja, a amostra não tem distribuição normal. No entanto, Wooldridge (2012) afirma que a violação do pressuposto da normalidade dos resíduos é suscetível de ser mitigada quando da utilização de grandes amostras, em razão das propriedades assintóticas dos estimadores obtidos por mínimos quadrados ordinários. Foram comprovadas quebras dos pressupostos estatísticos de homocedasticidade, prejudicando a consistência estatística da modelagem. Para resolver este problema, foram expressas as estatísticas *t* com base em erros-padrão ajustados para heterocedasticidade, com um *cluster* por município (Viana Jr; Lourenço; Black, 2021).

A variável REG3_Norte foi omitida da regressão, em razão da presença de colinearidade, não sendo possível estimar, precisamente, os coeficientes da equação. Assim, de acordo com Fávero (2015), uma maneira de tratar esse problema é remover a variável independente que está colinear.

Com os achados desta pesquisa, podem-se obter relevantes contribuições práticas para os gestores públicos, já que os resultados sugerem que um nível elevado de gestão pública, impacta positivamente no desempenho social e financeiro nos municípios brasileiros. Assim, a adoção de práticas gerenciais como planejamento financeiro (despesa e captação de recursos), transparência pública e políticas públicas de interesse da população, podem contribuir para melhores resultados de desempenho financeiro e social.

Por fim, além das contribuições práticas, os achados fornecem contribuições para instigar novos estudos da temática, e impulsionar as desigualdades de gênero observadas. Nesse sentido, o estudo clarifica a discussão que, embora a ocupação dos cargos eletivos no executivo municipal ainda seja dominada por homens, e apesar de a inclusão das mulheres em cargos de alta gestão aumentar significativamente nos últimos anos; ainda não é suficiente. A baixa participação das mulheres nesses cargos pode ser a causa da baixa *performance* tanto no setor público como no setor privado.

5 CONCLUSÃO

Este estudo investigou a participação feminina no comando do Poder Executivo municipal na relação entre gestão pública e o desempenho financeiro e desempenho social nos municípios brasileiros. Recorreu-se a dados sobre a quantidade de prefeitas elegeridas nas eleições ordinárias de 2016, para o ciclo de gestão 2017 a 2020.

Os resultados deste estudo sugerem que, quando estimadas as regressões, no geral, o nível de gestão pública influencia positivamente e significante no desempenho da gestão dos municípios brasileiros. No

que se refere ao fator participação feminina na gestão pública, os achados não confirmaram as hipóteses da pesquisa, pois, não indicou influência positiva desse fator no desempenho. Conclui-se, com base nesses resultados, que um bom nível de gestão eleva o desempenho financeiro e social dos municípios, e que a participação feminina no comando do executivo municipal, não apresenta resultados diferentes dos demais. De outra parte, não obstante, esses resultados, estudos de Brollo e Troiano (2016) mostram que as prefeitas têm mais facilidade de conseguir recursos orçamentários por meio de convênios e transferências especiais, indicando ter mais habilidade em conseguir recursos extraordinários.

Os achados também apontam que o perfil dos prefeitos e prefeitas no período examinado, em sua maioria, tem escolaridade de ensino superior completo, sendo de mulheres o maior quantitativo, com 53%, e de homens com 40%. Evidencia-se, ainda, que 19% das prefeitas têm pós-graduação, percentual superior ao dos homens, com 11%. Esses achados convergem para o estudo de Salles (2022), pois, apesar de, no estado de Santa Catarina, a maioria dos servidores efetivos e comissionados ser mulheres (63%) e mais escolarizadas, os homens são maioria nos cargos de alta gestão. Isso mostra que, apesar de a ascensão das mulheres nos cargos de alta performance ser mais valorizada, a grande maioria dos cargos de tomada de decisão são ocupados por homens.

Outro fator que merece destaque nos achados desta pesquisa é o fato da Região Nordeste contar com o maior percentual de candidatas e prefeitas eleitas em 2016, com 293 mulheres, de um total de 662 em todo Brasil. Esses resultados convergem para os estudos de Garcia (2005) e Rodrigues (2016), ao evidenciarem a influência da história política do Nordeste, que sempre foi marcada pela prevalência das relações familiares, o poder dos partidos nessa região.

Implicações teóricas provêm dos resultados da pesquisa ao analisar se os municípios brasileiros com mulheres no comando do Poder Executivo exprimem melhor desempenho de gestão – financeiro e social. Dessa

maneira, o estudo contribui para a literatura no sentido de acrescentar ao fluxo das pesquisas futuras sobre a inclusão das mulheres em cargos de alta gestão, principalmente o cargo de prefeita, no sentido de promover melhor capacidade de gestão e desempenho em governos locais, e ainda, avaliar a causa da baixa participação feminina em cargos políticos e da baixa performance em cargos de alta gestão.

Os resultados do estudo também apresentam contribuições práticas, em especial para a gestão pública do Poder Executivo municipal quanto aos indicadores de gestão e desempenho financeiro e social, associados às variáveis de igualdade de gênero no setor público. Assim, recomenda-se que futuros estudos, considerem outras variáveis para delinear outros fatores que venham a comparar um número maior de variáveis, abrangendo outro ciclo de gestão municipal, para analisar se os resultados apontados neste artigo são verificados em outros períodos, e, ainda, examinar e cotejar características que determinam maior ou menor participação feminina nas candidaturas, como também comparando com outros países que têm cotas de postulações instituídas por lei.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R. B.; FUNK, P. Beyond the glass ceiling: does gender matter? **Management Science**, v. 58, n. 2, p. 219-235, 2012. <https://doi.org/10.1287/mnsc.1110.1452>

ARNABOLDI, M.; LAPSLEY, I.; STECCOLINI, I. Performance Management in the Public Sector: the ultimate challenge. **Financial Accountability & Management**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 1-22, 2015. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/faam.12049>

- BAGUES, M.; CAMPA, P. Can gender quotas in candidate lists empower women? Evidence from a regression discontinuity design. **Journal of Public Economics**, v. 194, 2021. 104315. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2020.104315>
- BASKARAN, T.; HESSAMI, Z. Does the Election of a Female Leader Clear the Way for More Women in Politics? **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 10, n. 3, p. 95-121, 2018. <https://doi.org/10.1257/pol.20170045>
- BASKARAN, T.; HESSAMI, Z. Competitively Elected Women as Policy Makers (Working Paper 8005). **CESifo Working Paper**, 2019. <https://www.econstor.eu/handle/10419/215007>
- BEAMAN, L.; DUFLO, E.; PANDE, R.; TOPALOVA, P. Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy Experiment in India. **Science**, v. 335, n. 6068, p. 582-586, 2012. DOI:10.1126/science.1212382
- BLAY, E. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 2015.
- BOUBAKER, S.; DANG, R.; NGUYEN, D. K. Does board gender diversity improve the performance of French listed firms? **Gestion**, 2000, v. 31, n. 1, p. 259-269, 2014.
- BRASIL. (Constituição [1988]) **Constituição da República Federativa do Brasil**, BRASIL, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 9 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 1997**, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**, que estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 7-40, 22, 1996. <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003>

CEDILLO DELGADO, R. Participación política de la mujer como alcaldesa en Centroamérica. Las elecciones municipales 2017-2020, 2021. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, v. 18, n. 1, 2021, e45458. DOI: <https://doi.org/10.15517/c.a.v18i1.45458>

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Índice CFA de Governança Municipal**. Brasília, DF. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/> Acesso em: 18 fev. 2022.

DANG, R.; BENDER, A. F.; SCOTTO, M. J. Women on French corporate board of directors: how do they differ from their male counterparts? **Journal of Applied Business Research**, 30(2), 489-508, 2014. <https://doi.org/10.19030/jabr.v30i2.8420>

DETRAZ, N.; PEKSEN, D. Women Friendly Spending? Welfare Spending and Women's Participation in the Economy and Politics. **Politics & Gender**, p. 1-25, 2017. DOI:10.1017/S1743923X17000253

DOLLAR, D.; FISMAN, R.; GATTI, R. Are women really the “fairer” sex? Corruption and women in government. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 46, n. 4, p. 423-429, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0167-2681\(01\)00169-X](https://doi.org/10.1016/S0167-2681(01)00169-X)

FREITAS, V. A.; SILVA, F. E. R. Administração pública e governança: uma discussão teórica. **Revista Controle: doutrina e artigos**, v. 20, n. 1, p. 354-379, 2021. <https://doi.org/10.32586/rcda.v20i1.751>

FREITAS, V. A.; OLIVEIRA, M. E. G. L.; MEDEIROS, J. T.; DE LUCA, M. M. M. Transparência corporativa e desempenho: qual o papel das mulheres nessa relação? **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 196-215, 2022. DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n1ID24040. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/24040>. Acesso em: 23 out. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Study 13 - Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective**, 2001. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/en_us/biblio23cteca-digital/governance-in-the-public-sector-a-governing-body-perspective.htm. Acesso em: 1 dez. 2023.

GARCIA, C., As mulheres e as eleições municipais de 2004 no Nordeste. *In: Cadernos feministas de economia & política*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 2, 2005.

GEYS, B.; SORENSEN, R. J. The impact of women above the political glass ceiling: Evidence from a Norwegian executive gender quota reform. *Electoral Studies*, v. 60, 102050, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2019.102050>

GONZALEZ-EIRAS, M.; SANZ, C. Women's representation in politics: The effect of electoral systems. *Journal of Public Economics*, v. 198, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2021.104399>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE_MUNIC** - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. *Downloads*. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-mu>. Acesso em: 23 out. 2023.

KICKERT, W. Complexity Governance and Dynamics: Conceptual Explorations of Public Network Management. *In: KOOIMAN, J. (ed.). Modern Governance*. London: Sage, 1993.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 479-499, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122006000300008>

LAPSLEY, I. Accounting and the New Public Management: instruments of substantive efficiency or a rationalising modernity? *Financial Accountability & Management*, [S. l.], v. 15, n. 34, p. 201-207, 1999. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-0408.00081>

LAPSLEY, I.; SKAERBAEK, P. Why the Public Sector Matters. **Financial Accountability & Management**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 355-358, 17 out. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0408.2012.00550.x>

LEE, J. Preparing Performance Information in the Public Sector: An Australian Perspective. **Financial Accountability & Management**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 117-149, maio, 2008. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0408.2008.00449.x>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, G. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **APGS**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2010.

MENDES, J. Desigualdades de gênero e cor/raça entre os dirigentes municipais e estaduais no Brasil (2010 e 2019). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, e89163-e89163. 2024. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v29.89163>

OLSON O.; HUMPHREY C.; GUTHRIE J. International experiences with “new” Public Financial Management (NPFM) reforms: new world? Small world? Better world? *In*: OLSON Olov, HUMPHREY Christopher, GUTHRIE James (ed.). **Global warning: debating international developments in new public financial management**. Oslo: Capelen Akademisk Forlag As; 1998.

OSBORNE, S. P. The New Public Governance? **Public Management Review**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14719030600853022>

PINHEIRO, L. Quando o teto de vidro se torna de concreto: A sub-representação de mulheres negras nos postos diretivos do Executivo federal entre 1999 e 2020. 2023. <http://www.ipea.gov.br>. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12078>

RAJKUMAR, A. S.; SWAROOP, V. Public spending and outcomes: does governance matter? **Journal of Development Economics**, [S. l.], v. 86, n. 1, p. 96-111, abr. 2008. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jdeveco.2007.08.003>

RHODES, A. W. The New Governance: governing without government. **Political Studies**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 652-667, set. 1996. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x>

RODRIGUES, D. D. L. As prefeitas em perspectiva: representatividade feminina na política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

SALLES, H. K. Análise do Poder Executivo do estado de Santa Catarina na perspectiva de gênero: qual o lugar das mulheres? **Revista do Serviço Público**, v. 73, n. 4, p. 673-695, 2022. Disponível em://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4746. Acesso em: 5 dez. 2023.

SANTOS, R. R.; ROVER, S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 732-752, 2018. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084>

SCHERER, L.; BOTELHO, L. L. R. Liderança feminina na gestão pública municipal – desafios e aprendizados de mulheres prefeitas. Atlânticas. **Revista Internacional de Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 224-248, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17979/arief.2018.3.1.2043>

SILVA, C. P.; MARTINS, O. S. Mulheres no conselho afetam o resultado financeiro? Uma análise da representação feminina nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 67-76, 2017. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13398

SOARES, D. C. Mulheres na política: efeitos de se eleger prefeitas nas finanças públicas dos municípios brasileiros. **Revista Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, v. 2, p. 1-45, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/issue/view/82>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SOLANO, E.; ROCHA, C.; SENDRETTI, L. Mulheres de extrema-direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher. **Caderno CRH**, v. 36, e023040, 2024. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.55443>

TONELLI, M. J.; CARVALHO, A. Dilemas e avanços das mulheres na gestão. **GV-Executivo**, v. 22, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.12660/gve-xec.v22n1.2023.89124>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Candidaturas – perfil da candidatura**, 2023. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?p0_ano=2020&session=13876610327097. Acesso em: 24 nov. 2023.

VIANA JR, D. B. C.; LOURENÇO, I.; BLACK, E. L. Does national ethical judgement matter for earnings management? **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 13, n. 2, p. 519-543, 1 jan. 2021.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 5. ed. Mason: Cengage Learning, 2012.